

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: 1297
Data: 11/02/90 Pg.: 07

Mudança de garimpos provoca protestos para floresta

BRASÍLIA — A decisão do governo de transferir os garimpeiros invasores das áreas ianomâmis para reservas extrativistas na Floresta Nacional de Roraima provocou protestos em vários setores. Se a medida for concretizada, o subprocurador-geral da República, Carlos Vitor Muzzi, ameaça pedir a prisão preventiva do presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, e do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. Dois dirigentes da Funai pediram exoneração, antropólogos criticaram a decisão e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, disse que a medida significa "despir um santo para vestir outro".

Segundo o subprocurador-geral da República, Iris Pedro de Oliveira, Romeu Tuma e Octávio Moreira Lima descumpriram duas liminares concedidas em 20 de outubro e 5 de dezembro de 1989 que determinavam a interdição dos nove milhões de hectares da Floresta Nacional e a retirada dos garimpeiros das terras indígenas. Na época, as liminares não foram cumpridas e agora, segundo Carlos Vitor Muzzi, o governo pretende fazê-lo de maneira ilegal, levando os garimpeiros para áreas em litígio na Justiça, já que ainda não foi definido judicialmente se elas realmente pertencem aos ianomâmis. Para o subprocurador, cabe ao ministro da Aeronáutica responder na Justiça por que não interditou as pistas de pouso clandestinas usadas pelos garimpos.

Intimação — O procurador da República Eugênio José Araújo encaminhou no início da noite petição ao juiz da 7ª Vara da Justiça Federal, Novey Vilanova da Silva Reis, pedindo intimação — pelo prazo de 24 horas — do delegado Romeu Tuma, para que este explique e confirme os termos do acordo firmado com os garimpeiros em Boa Vista. Caso Tuma confirme o acordo em juízo, poderá ser enquadrado no Artigo 330 do Código Penal que prevê detenção de 15 dias a seis meses, além de multa por desobediência à "ordem legal de funcionário público".

O presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, considera a transferência dos garimpos uma solução paliativa. "Muda-os da reserva dos ianomâmis para a Floresta Nacional, que é uma extensão desta área, é como despir um santo para vestir outro", protestou. "Será um completo desastre porque os garimpeiros deixam um rastro de devastação por onde passam. Eles arrasam a natureza que fica ao redor dos garimpos", acusou Fernando César.

Para o presidente do Ibama, a ganância das empresas mineradoras e a falta de conhecimento dos garimpeiros aliada a uma visão política estreita tornam a ação predadora quase irreversível. "Não é apenas a contaminação dos rios com o mercúrio que acaba com o meio ambiente. O trabalho com as dragas, que derrubam as barrancas dos rios, acabam levando de roldão as flo-

restas que ficam nas margens. As próprias máquinas usadas para garimpar são antigas e os empresários não estão dispostos a investir em tecnologia. Elas inutilizam os rios da região", afirmou.

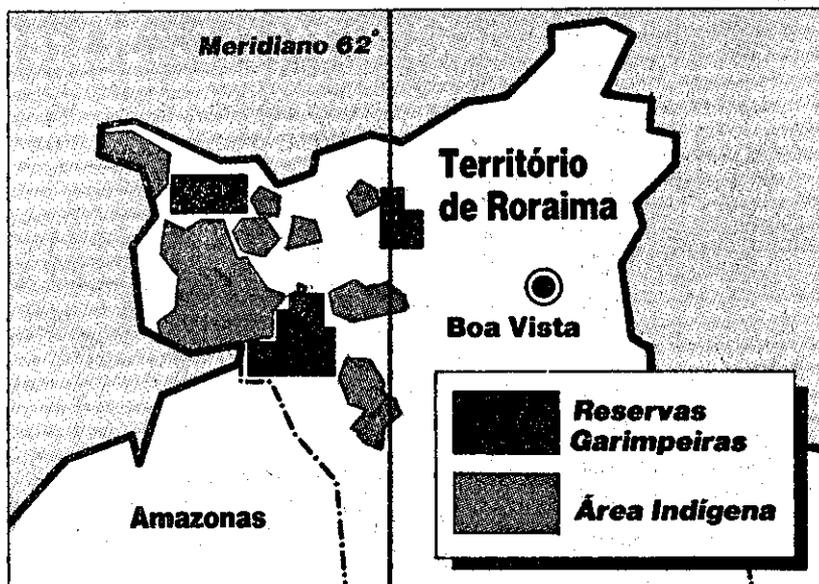
Fernando César acredita que há claros interesses de grupos poderosos por trás da medida. "Com isso, ganham os empresários de Roraima, o governador Romero Jucá, com seus interesses políticos eleitoreiros, e os garimpeiros. Perdem a sociedade brasileira interessada na preservação do meio ambiente, o Ibama e a Funai", protestou.

Exoneração — Na Funai, duas baixas foram registradas por conta da anunciada transferência dos garimpos. O coordenador da Operação Ianomâmi, sertanista Sidney Possuelo, e o administrador regional do órgão em Boa Vista, José Maria Nascimento, decidiram pedir exoneração dos cargos. "No nosso entendimento, a Floresta Nacional também é área indígena", explicou Nascimento. Além disso, ele acredita que nada impedirá que os invasores expulsos voltem às terras indígenas, principalmente se comprovarem que o potencial aurífero das reservas a eles destinadas não é tão alto quanto o da área ianomâmi. "É muito difícil fiscalizar esta região de floresta e os garimpeiros poderão voltar com facilidade", previu.

A mesma opinião é compartilhada pelos antropólogos Darcy Ribeiro e Eduardo Viveiros de Castro, ex-secretário da Comissão Especial para Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia. "Esta reserva extrativista, na realidade, é área dos ianomâmis", afirmou Eduardo Viveiros de Castro, que acusa o governador Romero Jucá, ex-presidente da Funai, de ser "um servo dos interesses antiindígenas", por ter permitido a invasão das áreas quando presidia o órgão. "É tempo de o país tomar vergonha na cara em relação aos índios", criticou Darcy Ribeiro, para quem os ianomâmis são o maior grupo primitivo do mundo.

Também revoltado com a decisão do governo, o bispo de Roraima, Dom Aldo Mogiano, lembrou que em 1987 a Funai realizou uma operação de cadastramento dos ianomâmis de Roraima, com o apoio da FAB, e constatou a existência de 7.200 índios. "Seria interessante que este censo fosse feito novamente agora para revelar quantos índios morreram por causa do contato com os garimpeiros invasores", propôs Dom Aldo, garantindo que mais de 50 índios morreram no ano passado em Boa Vista e que há 68 doentes internados. "O genocídio é uma cruel realidade. O Brasil, que se diz um país civilizado, não pode aceitar impassível a destruição dos índios", afirmou o bispo.

LUIZ UACOSTA



A Floresta Nacional fica a oeste do Meridiano 62

Reserva de Paapiú, RR — Marcelo Régua



Tuma brinca pondo boné de um policial no indiozinho

× Uma área de ouro, prata e molibdênio

BRASÍLIA — Com uma superfície de 2.664.685 hectares, a Floresta Nacional de Roraima, onde serão realocados os garimpeiros que atuam em terras dos índios ianomâmis, foi criada em 1º de março de 1989 através do Decreto nº 97.545 e compreende uma grande área florestal situada entre as áreas indígenas, a oeste do meridiano 62, avançando para oeste até a fronteira com a Venezuela e, a sudoeste, faz fronteira com o estado do Amazonas.

A potencialidade mineral da área é para ouro, diamante, cassiterita, molibdênio, cobre, prata e bismuto. Há áreas indicadas para lavra manual e semimecanizada para ouro com exigência de baixos investimentos, segundo consta do Projeto Meridiano 62, de autoria do governador Romero Jucá, aprovado pelo governo federal. Na Floresta Nacional de Roraima já existem vários garimpos para extração de ouro: Santa Rosa, situado no médio curso do rio Uraricaá; Urariquera, situado no médio curso do rio Urariquera; Catrimâni, já nas proximidades do limite com o estado do Amazonas e Venezuela; Couto Magalhães, entre os rios Mucajai, Catrimâni e nas cabeceiras do rio Apiáú.

Exploração restrita — A área da Floresta Nacional corresponde a 9,05% da superfície total de Roraima e, segundo consta do Projeto Meridiano 62, 78,17% da área da Floresta Nacional de Roraima está requerida para exploração por grupos nacionais privados, estatais e multinacionais. O artigo 231 da Constituição Federal estabelece que a garimpagem em terras indígenas somente ocorrerá com aprovação do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades indígenas atingidas.

fonte: fo
data: 11 01 90

class.: 17111
pg.: 07

Destino ainda indefinido

X BOA VISTA — O governo não definiu ainda o destino dos trabalhadores e não o fará até que seja aprovada pelo Congresso a criação das Reservas Garimpeiras dentro da Floresta Nacional de Roraima, conforme sugere o Projeto Meridiano 62. De acordo com o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), delegado Romeu Tuma, o presidente José Sarney enviará ao Congresso, talvez ainda esta semana, uma medida provisória criando as reservas.

O acordo, assinado à meia-noite de terça-feira no Palácio 31 de Março, em Boa Vista, prevê a retirada espontânea dos garimpeiros em três fases: 30, 60 e 90 dias. Nesse período, o aeroporto de Boa Vista permanece bloqueado, da mesma forma que as pistas próximas à capital. Serão permitidos pousos e decolagens desde que os aviões não transportem equipamentos ou combustível para as áreas indígenas. Comida e combustível de aviação estão liberados.

Surucucus — Os entendimentos entre as lideranças garimpeiras e o Ministério da Justiça só foi possível com a inclusão dos garimpos da região dos índios surucucus no plano de retirada. Nessa região está concentrado o maior número de garimpos de aluvião, com 10 mil homens. Se até a data prevista os garimpeiros não deixarem essas áreas, serão expulsos pela Polícia Federal, garantiu o delegado Romeu Tuma.

O diretor-geral do DPF não soube explicar se o direito de exploração desses garimpeiros será preservado. O líder da União dos Garimpeiros, José Altino Machado, quis saber se as províncias minerais desocupadas serão entregues a grandes mineradoras ou se poderão ser exploradas pelos garimpeiros depois de legalizadas.

— A princípio, não há nada a respeito disso. O que sei é que elas devem ser esvaziadas, porque estão localizadas em áreas indígenas — disse Tuma.

Ontem cedo, Tuma e o governador Romero Jucá estiveram na reserva indígena do Paapiú para assistir à devolução da pista de pouso à Funai, como parte do cumprimento do acordo. Tuma conversou com garimpeiros e índios e anunciou mudanças nos rumos da Operação Selva Livre. Será montado um posto central em Paapiú, de onde uma equipe de 35 agentes e delegados controlarão com helicópteros e aviões da FAB a saída dos garimpeiros.

O diretor-geral do DPF negou que o governo tivesse sofrido pressões de grandes mineradoras nacionais e multinacionais para decidir pela expulsão dos garimpeiros.

— O governo quer é tirar o garimpeiro da marginalidade e evitar o processo de destruição das comunidades indígenas — disse Tuma.

Militares dão apoio a plano

X BRASÍLIA — Os militares estão apoiando a Operação Ianomâmi, que prevê a retirada dos garimpeiros das reservas indígenas de Roraima, com a sua conseqüente transferência para outras áreas. A maior preocupação dos militares, apontada em estudos feitos pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), era com os problemas sociais que poderiam ser criados com a chegada dos garimpeiros a Boa Vista, que não teria condições de acolhê-los. Entre os militares há divergências sobre o número de garimpeiros envolvidos. Na Aeronáutica, por exemplo, há quem garanta que chega a 100 mil, o que dificultaria bastante qualquer tipo de operação.

O ponto de partida, na opinião dos militares, era a obtenção de um acordo entre garimpeiros, índios e Polícia Federal, o que acabou acontecendo. Depois, preocupavam-se com o local a ser escolhido para transferir este pessoal, o que também foi solucionado pelo Ministério da Justiça, com anuência dos garimpeiros. Recomendavam que qualquer operação deste porte deveria ser revestida de todo o cuidado possível, para evitar um conflito entre polícia e garimpeiros.

Os militares entendem que a ope-

ração foi bem planejada. A intenção inicial era de fechar os olhos para a permanência do garimpo na região porque a maior parte dos militares acha que os garimpeiros são tão brasileiros quanto os índios e, portanto, também têm direito àquela terra. Lembram que em nenhum país do mundo os índios têm direito a tanto espaço quanto no Brasil, tese defendida abertamente pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves.

X Pelo menos uma pessoa no Exército responde a processo por causa de envolvimento em garimpagem e venda ilegal de armas e munição em Boa Vista. O major Norberto Lopes da Cruz está afastado do Exército até que o seu caso seja resolvido pelo Superior Tribunal Militar (STM). No ano passado, quando o processo ainda começava, o major Cruz foi punido pelo comandante da área com 30 dias de prisão. Foi a Conselho de Justificação, uma espécie de tribunal militar de primeira instância, para julgar casos graves de transgressão disciplinar. O conselho considerou o major culpado, e ele recorreu ao ministro do Exército, mas o recurso não foi aceito. Como última tentativa, o major Cruz entrou com pedido de revisão de decisão ao Superior Tribunal Militar, que será julgado no fim do recesso.